

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.980 - PR (2019/0280601-0)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : LUIZA APARECIDA PRATA**  
**ADVOGADO : HELDER MASQUETE CALIXTI - PR036289**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCLUSÃO DE VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 372):

EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PREVIDENCIÁRIO. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. BASE DE CÁLCULO. DIREITO AUTÔNOMO. IMPUGNAÇÃO DOS CÁLCULOS. SUCUMBÊNCIA.

"A jurisprudência deste tribunal é no sentido de que o abatimento de valores pagos na via administrativa em benefício inacumulável não deve afetar a base de cálculo dos honorários advocatícios, que pertencem ao advogado (art. 23 da Lei 8.906/94 - Estatuto da OAB), especialmente porque as expressões 'parcelas vencidas' e 'valor da condenação', usadas no arbitramento da verba honorária, representam todo o proveito econômico obtido pelo autor com a demanda, independentemente de ter havido pagamentos de outra origem na via administrativa, numa relação extraprocessual entre o INSS e o segurado.(AC 5000945-28.2016.404.7004, 5ª Turma, rel. Paulo Afonso Braum Vaz)".

Uma vez impugnados os cálculos, são cabíveis em favor daquele que os impugnou, mas apenas sobre o valor controvertido.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial o recorrente alega violação do artigo 85, §2º, do CPC/2015, pugnando, em síntese, para "afastar da base de cálculo dos honorários advocatícios os valores já pagos administrativamente à parte autora através de benefício inacumulável" (fls. 404).

Sem contrarrazões.

Decisão de admissibilidade às fls. 412.

É o relatório. Passo a decidir.

Compulsando os autos, tem-se que a controvérsia gira acerca da possibilidade de se excluir da base de cálculo dos honorários advocatícios os valores pagos administrativamente.

O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento deste STJ, no sentido de que os pagamentos efetuados na via administrativa após a citação devem integrar a base de cálculo dos honorários advocatícios.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÃO DE VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Embora se admita a compensação de valores pagos administrativamente na fase de liquidação, os honorários advocatícios devem incidir sobre a totalidade da condenação.
2. Essa regra, porém, apenas inclui os pagamentos feitos após a propositura da ação. Afinal, para a parcela já quitada anteriormente, não existia pretensão resistida, o que por si só afastaria a configuração da sucumbência. Essa, por óbvio, recai apenas sobre a vantagem conquistada com a procedência do pedido. Precedentes.
3. Recurso especial a que se nega provimento (REsp 1.678.520/SC, Segunda Turma, Relator Ministro Og Fernandes, DJe 9/5/2018)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE VERBA SUCUMBENCIAL DEVIDA PELO INSS. SENTENÇA DE CONHECIMENTO QUE ESTABELECE PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. COMPENSAÇÃO COM VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. IMPOSSIBILIDADE.

1. Segundo a jurisprudência, os valores pagos administrativamente devem ser compensados na fase de liquidação do julgado; entretanto, tal compensação não deve interferir na base de cálculo dos honorários sucumbenciais, que deverá ser composta pela totalidade dos valores devidos (REsp 956.263/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJ 3.9.2007).
2. Dessa forma, eventual pagamento de benefício previdenciário na via administrativa, seja ele total ou parcial, não tem o condão de alterar a base de cálculo para os honorários advocatícios fixados na ação de conhecimento, que devem, portanto, ser adimplidos como determinado no respectivo título exequendo.
3. Agravo Interno não provido (AgInt nos EDcl no REsp 1.613.339/SC, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 18/4/2017)

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator